

ESTUDOS CRÍTICOS

A ÉTICA NO HORIZONTE DO EMPIRISMO LÓGICO: ANOTAÇÕES SOBRE SCHLICK E STEVENSON

Maria Cecília M. de CARVALHO

Dept^o de Pós-Graduação em Filosofia PUCCAMP

INTRODUÇÃO

Nosso intento com o presente trabalho é o de assinalar que tipos de construção ética são possíveis a partir dos pressupostos lógico-lingüísticos do Empirismo Lógico, bem como o de inquiri-los quanto a seu respectivo potencial para dar conta de problemas, cujo enfrentamento consideramos ser da competência de uma Ética filosófica.

Nesse contexto vale lembrar que a tese lógico-empirista, segundo a qual o estatuto de significatividade só pode ser outorgado a enunciados descritivos — sejam eles os enunciados analíticos da Lógica e da Matemática pura, ou os enunciados sintéticos, passíveis de reconstrução a partir da experiência intersubjetiva — parece impor restrições a uma análise dos juízos normativos da Ética. Tudo indica que, se se quer evitar a conclusão — que parece se impor de modo inexorável — de que as construções lingüísticas que exprimem prescrições ou valorações são, a rigor, pseudo-enunciados e, ao mesmo tempo, acatar a tese lógico-empirista acima formulada, apenas duas alternativas se descortinam: ou se intenta reconstruir os juízos morais como enunciados descritivos, pagando-se por isso o preço da adesão a um reducionismo descritivista que, de saída, parece questionável no que concerne à sua fertilidade para fazer jus ao caráter prescritivo que os juízos morais inegavelmente possuem¹, ou se busca reconstruir a função desempenhada pelos proferimentos normativos no discurso, de modo a que tal reconstrução não transgrida os pressupostos teóricos fundamentais do Empirismo Lógico². Historicamente, o primeiro caminho foi trilhado por M. Schlick, o segundo, pelas construções meta-éticas conhecidas com o nome de Emotivismo, que têm em C. L. Stevenson seu principal representante.

Ambas as propostas, forjadas no horizonte do Empirismo Lógico, podem ser vistas como reações à teoria meta-ética de G. E. Moore, ou seja, como intentos de se oferecer uma resposta — consistente com os pres-

supostos lógico-lingüísticos do Empirismo Lógico — aos desafios lançados pelo anti-naturalismo e pelo intuicionismo de Moore (Hegselmann, 1979, pp. 67 ss.).

Não é nosso intuito oferecer aqui uma exposição pormenorizada das teorias meta-éticas de Schlick ou de Stevenson; pretendemos tão-somente pôr em relevo os pilares da filosofia moral de tais autores, cingindo-nos àquilo que nos parece suficiente para identificar os desafios que se impõem à uma Ética que se propõe a acatar os postulados lógico-empiristas. No que concerne a Schlick pretendemos mostrar ainda algumas aporias em que se enreda uma Ética que se quer reconstruir como ciência empírica e, no caso de Stevenson, apontar para a insuficiência gerada por uma reconstrução emotivista dos juízos morais, da qual parecem derivar restrições à uma investigação racional e científica da Ética.

1. OS DESAFIOS DE MOORE AO EMPIRISMO LÓGICO

No Prólogo de sua obra *Principia Ethica*, Moore afirma que seu propósito fundamental ao redigi-la consistiu em distinguir com nitidez dois tipos de indagação a que os filósofos morais vinham procurando responder, sem terem tido, contudo, na maioria das vezes, a devida cautela em distinguir entre as duas ordens de questão (Moore 1988, pp. VII e VIII).

Tais indagações são: 1) que tipos de coisa merecem existir por si mesmas? Noutros termos: que coisas são intrinsecamente boas? 2) que tipos de ação devem ser realizados? Ou seja, que ações são moralmente corretas ou constituem para nós um dever? (Cf. *op. cit.*, p. VIII).

Quanto à primeira questão Moore faz valer que nenhuma demonstração pode ser invocada para se provar que algo seja intrinsecamente bom. Admite que possamos identificar uma coisa como intrinsecamente boa, sustenta, porém, que as asserções sobre o que é bom em si mesmo são insuscetíveis de prova. Quanto à segunda questão, Moore responde que devemos escolher — entre as várias alternativas de ação possíveis — aquela ação capaz de produzir o maior bem no universo. As asserções sobre que ações devem ser realizadas são racionalmente discutíveis e o critério no caso há de ser a identificação de um nexos causal entre uma ação e suas prováveis conseqüências ou resultados esperados. Obviamente, uma resposta à questão sobre que ações devemos executar há de ser precedida de uma avaliação sobre a qualidade moral de suas conseqüências (Cf. *op. cit.*, pp. VIII e IX). Das duas questões formuladas, a mais fundamental é, por conseguinte, a primeira, já que uma resposta à segunda depende de uma prévia resposta à primeira.

Que coisas são intrinsecamente boas — eis a questão. O exame dessa indagação leva Moore a se deter no exame do significado de “bom”.

Segundo Moore, muitos dos equívocos cometidos pela filosofia moral tradicional resultam de uma resposta inadequada acerca da definibilidade de “bom” (Cf. *op. cit.*, pp. 5 ss.). Moore parte do pressuposto de que todas as sentenças nas quais se predica a bondade de alguma coisa são *sintéticas* (Cf. *op. cit.*, p. 7) e que “bom” é um predicado simples, inalisável, derivando daí sua indefinibilidade¹.

Moore faz valer que todo intento de se definir o termo “bom” incorre no que ele denomina “falácia naturalística” (Cf. *op. cit.*, p. 10). Cometem essa falácia todos aqueles sistemas éticos que pretendem definir “bom” mediante predicados descritivos — sejam eles empíricos ou metafísicos².

À pretensão de se definir predicados éticos por meio de predicados não-éticos Moore opõe ainda o assim chamado **argumento da questão aberta** e que pode ser resumido como se segue não importa qual seja o **definiens** que se queira dar ao predicado “bom”; frente a qualquer intento de se defini-lo mediante outros predicados — como por exemplo, aquilo que é objeto de desejo, ou aquilo que causa prazer, aquilo que conduz à felicidade geral, ou o que diminui o sofrimento, etc. — é sempre possível questionar com sentido se um dado objeto que satisfaça o **definiens** é, de fato, bom — o que mostra que temos diante de nós duas noções distintas, ou seja, o **definiens** e a bondade (Cf. *op. cit.*, p. 16). Noutros termos, nem mesmo quem admitisse a veracidade da proposição “o que diminui o sofrimento é bom” admitiria ser ela uma tautologia com o mesmo significado de “o que diminui o sofrimento diminui o sofrimento”. Todavia, fosse “bom” equivalente por definição a “o que diminui o sofrimento”, a proposição acima seria uma tautologia.

Uma vez que todos os enunciados da forma “x é bom” são sintéticos e exprimem, portanto, cognição, e considerando também que “bom” não é definível mediante outros predicados, é legítimo perguntar-se como tal qualidade é cognoscível e o que dá fundamento a juízos que predica a bondade de alguma coisa. Segundo Moore os juízos fundamentais da Ética são obtíveis por intuição e dispensam prova em seu favor³.

Não se pode deixar de constatar a existência de uma incompatibilidade fundamental entre as teses de Moore, caso se acatem os pressupostos básicos do Empirismo Lógico (Hegselmann, *op. cit.*, pp. 71 ss). Mais precisamente, são irreconciliáveis as alegações de que todo enunciado da forma “x é bom” é sintético, traduz conhecimento, e a de que “bom” não se deixa caracterizar por qualquer qualidade natural, sendo, a rigor, indefinível — aceitos, evidentemente, os pressupostos fundamentais do Empirismo Lógico. Como é notório, de acordo com o Empirismo Lógico, se “x é bom” exprime um enunciado sintético, ele deve manter algum vínculo com enunciados observacionais e ser verificável mediante sentenças de observação; isso, todavia, só seria possível, se “bom” fosse um

atributo observável; porém, nesse caso, “bom” deveria ser um predicado observacional ou, no mínimo, definível por meio de predicados observacionais — o que colide com a tese de que a bondade não exprime qualquer qualidade natural. Por outro lado, se “bom” não designa um atributo natural, então não podem ser sintéticos os enunciados da forma “x é bom”. Em suma, se acatados os pressupostos lógico-empiristas, revelam-se mutuamente inconsistentes as alegações de que os enunciados que predicam a bondade de algo são sintéticos e a de que “bom” não denota qualquer qualidade observacional.

Para uma construção ética que pretende contemplar os pressupostos lógico-empiristas, apresenta-se, portanto, a seguinte alternativa: ou bem se endossa a tese de Moore, segundo a qual enunciados da forma “x é bom” são sintéticos e se repudia a tese de que “bom” não designa qualquer qualidade identificável empiricamente, ou se assume que “bom” não é um predicado observacional, aceitando-se como conseqüência ser falsa a alegação de que são sintéticos os enunciados que contenham o termo “bom” ou que os mesmos expressem cognição. Schlick explorou a primeira alternativa, o Emotivismo a segunda.

2. ÉTICA COMO CIÊNCIA EMPÍRICA?

A maneira pela qual Schlick concebe a tarefa da Ética é duplamente original. De um lado, se opõe ao modo como essa disciplina vinha sendo considerada, tradicionalmente, pelos filósofos morais, ou seja, no entender de Schlick, não cabe à Ética estatuir normas ou princípios morais. Nesse sentido, adverte que não é da competência da filosofia proporcionar normas para a vida, sendo que o maior perigo que ameaça o filósofo é o de converter-se em moralista ou pregador. Logo no início de sua obra *Fragen der Ethik* Schlick deixa claro que uma Ética científica só é possível como disciplina empírica; ela é parte da Psicologia (Schlick 1930, Prólogo). Fiel à concepção científica do mundo, propugnada pelo Círculo de Viena, Schlick ressalta que se há de elaborar uma investigação teórica da moral. O objetivo de uma Ética científica é propiciar conhecimento:

“Ela fornece conhecimento e nada mais: sua única meta é a verdade; o que significa que toda ciência como tal é puramente teórica. Da mesma forma as questões da Ética são puramente teóricas” (Idem, p. 1).

O intento de Schlick é original também quando se compara seu projeto com o de outros filósofos empiristas lógicos, na medida em que outorga estatuto teórico e cognoscitivo à Ética; em geral, os representantes do Empirismo Lógico, sobretudo Carnap e Ayer, tenderam a sublinhar o caráter emotivo dos juízos morais, negando que os mesmos se constituam como enunciados genuínos.

Todavia, a Meta-Ética de Schlick não deixa de ser consistente com os postulados teóricos do Empirismo Lógico, uma vez que o teor cognoscitivo dos enunciados éticos deriva de seu conteúdo psicológico, acessível à verificação empírica.

Schlick rechaça a tese da indefinibilidade e inanalísabilidade do predicado "bom" — defendida por Moore. Ainda que não se possa dar ao termo "bom" uma definição, no sentido pleno da palavra, deve ser possível, no mínimo, indicar as condições de seu emprego (Cf. *op. cit.*, p. 4). Do contrário, o termo careceria de significado e a Ética não poderia se constituir como ciência empírica.

A fim de determinar o significado dos predicados éticos, é necessário recorrer-se aos fatos; eles nos indicarão o que Schlick chama de característica formal e material da bondade. Sob aspecto formal, o bem é aquilo que se deve fazer; é o exigido ou ordenado; contudo, diz Schlick, a simples indicação da característica formal do bem é, sob dois aspectos, insatisfatória para uma determinação unívoca de seu significado: em primeiro lugar, o enunciado "o bem é o exigido" é, a rigor, uma elipse, pois o exigido requer um sujeito que o exija. De sorte que um juízo da forma "x é bom" é corretamente explicitável assim: "x é desejado ou exigido pelo proferidor desse juízo". Além disso, pondera Schlick, uma Ética meramente formal seria ainda insatisfatória por não se pronunciar sobre o conteúdo daquilo que é exigido, vale dizer, sobre a característica material do bem (Cf. *op. cit.* p. 7 ss).

Para se identificar o conteúdo material daquilo que é de fato exigido, parece não haver outro caminho que não o da investigação das leis morais vigentes nas sociedades. É necessário descobrir que modos de agir ou que disposições são consideradas boas pelos diferentes povos em diferentes épocas (Cf. *op. cit.* pp. 8 ss). Esta investigação busca identificar os elementos comuns subjacentes aos diversos sistemas éticos. São os fatores coincidentes, presentes nas diversas sociedades que constituem o conteúdo material de "bom".

As características comuns apresentadas por um conjunto de boas ações ou atitudes podem ser subordinadas a uma regra ou norma; contudo, tal norma ou regra é apenas o registro de um fato e

"somente nos indica as circunstâncias sob as quais uma ação, atitude mental ou caráter são efetivamente qualificados como 'bons', isto é avaliados moralmente" (*Idem*, p. 11).

As diversas normas são depois comparadas entre si, ordenadas em classes e subsumidas sob uma norma mais geral e assim sucessivamente até que se chegue a uma norma suprema ou princípio moral (Cf. *op. cit.* pp. 11 ss). A essa investigação Schlick dá o nome de teoria das normas (Normenlehre). Sem distinguir entre explicação e justificação, Schlick ar-

gumenta que a explicação ou justificação para a moralidade de um ato é oferecida por meio de sua subsunção sob uma regra ou norma, cuja bondade é explicada ou justificada mediante recurso a uma norma de ordem mais elevada. Mas a justificação que a Ética pode oferecer é apenas hipotética e relativa a normas fatalmente acolhidas. A Ética, enquanto ciência de fatos, não tem acesso a imperativos categóricos. Schlick declara que:

“O problema da justificação das normas superiores ou dos valores supremos carece de sentido, porque inexistente algo superior ao qual eles possam ser referidos” (*Idem*, p. 13).

O ponto para onde convergem as questões fundamentais de uma Ética científica, que se entende como psicologia, não reside nas normas morais, mas nas motivações para o agir. Por que agimos moralmente? Essa é a questão basilar da Ética schlickeana. Antes de responder a esta pergunta, Schlick julga oportuno levantar a questão mais fundamental sobre os motivos do agir em geral. Por que agimos? Responde a ela fazendo valer sua lei da motivação — um princípio psicológico fundamental para explicar as ações humanas. A lei da motivação é assim enunciada: “Dentre os motivos que podem determinar uma ação prevalecerá sempre aquele cuja imagem contiver o maior componente de prazer e o menor componente de dor” (*Idem*, p. 29). Com base nessa lei Schlick pretende explicar todo o agir humano, incluindo o agir moral.

Convém lembrar que, para Schlick, as normas morais têm na sociedade o seu fundamento. Aquilo que é bom, o conteúdo material de “bom”, é determinado pela sociedade, que é a instância legisladora em questões morais (Cf. *op. cit.* p. 71). Schlick assume que a sociedade prescreve aqueles comportamentos ou modos de agir que a experiência comprovou serem promotores do bem-estar social. A sociedade prescreve somente aquelas ações que supostamente contribuem para o seu bem e equilíbrio, ou seja, aquelas ações que ela tem como boas.

Partindo do suposto, segundo o qual o comportamento de um indivíduo é determinado pela lei na motivação e aceitando-se como verdadeira a tese de que a sociedade somente estatui normas que provavelmente favoreçam a sua preservação, então a resposta à pergunta **por que agimos moralmente** só pode ser a seguinte: aquelas ações exigidas pela sociedade são também aquelas ações que para o indivíduo possuem o maior componente de prazer e o menor componente de dor (Cf. *op. cit.* p. 118). Estamos aqui diante de uma postulada equivalência que, pelo menos à primeira vista, está longe de ser óbvia: que razões oferece Schlick para sustentar que aquilo que a sociedade exige de seus membros coincide com aquilo que para eles possui a maior carga de prazer e menor carga de dor? Schlick responde a esta pergunta fazendo valer que o indivíduo possui inclinações sociais, sendo, portanto, natural que ele abrigue sentimentos de solidariedade para com seu semelhante e para com a sociedade. A imagem de uma socie-

dade mais feliz é uma imagem que possui, portanto, maior componente de prazer. Segundo a lei da motivação, o indivíduo dará preferência àquelas ações que contribuirão para a prosperidade da sociedade (Cf. *op. cit.* pp. 70 ss). Contudo, o indivíduo possui também inclinações egoístas; o recurso à lei da motivação não parece suficiente para compelir o indivíduo a agir no sentido de subjugar seu egoísmo e fazer prevalecer o interesse social. Schlick tem consciência disso e, para resolver a questão, parece não conseguir evitar a formulação de um princípio moral: "Se apto para a felicidade" (Cf. *op. cit.* p. 144). Noutros termos, Schlick assume que o indivíduo deseja a felicidade e que esta só poderá ser alcançada caso ele subjugue seu egoísmo e queira aquilo que a sociedade dele exige. Para tal é necessário que o indivíduo aprenda a querer o que a sociedade prescreve: ele precisa desenvolver, portanto, sua capacidade para auferir o maior bem ou felicidade possível.

Relevante para nossas considerações é o fato de a Ética empírica de Schlick não se restringir à descrição e explicação de fatos, mas ir além do que compete propriamente a uma ciência empírica, fazendo asserções sobre a felicidade e o bem-estar social e estatuidando um princípio moral. Tais afirmações não parecem ser a expressão pura e simples de fatos empíricos, mas pressupõem considerações acerca de valores que transcendem o âmbito do meramente factual (Cf. Hegselmann *op. cit.*, pp. 77 ss). Aí residem as mais sérias inconsistências de uma Ética que se pretende construir como ciência empírica. Tivesse Schlick sido conseqüente com os pressupostos empiristas assumidos e desenvolvido uma Ética dentro dos limites impostos a uma ciência empírica, tal Ética não conseguiria dar conta de problemas que tradicionalmente são considerados da competência de uma Ética filosófica, como, por exemplo, por que se deve agir moralmente, em que consiste a felicidade, etc, uma vez que tais questões transcendem a esfera de uma ciência que se propõe a descrever fatos e explicá-los causalmente. Os deslizos de Schlick — como o apelo a um princípio moral ou as considerações que tece sobre a felicidade, revelam que uma Ética empírica não torna ociosas as questões relacionadas com o fundamento da moralidade, mas, pelo contrário, as fazem emergir com vigor, evidenciando que uma Ética empírica não substitui uma Ética filosófica, mas a pressupõe.

3. STEVENSON E A RECONSTRUÇÃO EMOTIVISTA DOS JUÍZOS MORAIS

No âmbito do Empirismo Lógico a concepção de Schlick não encontrou seguidores. Se sua reconstrução dos juízos morais como enunciados que descrevem desejos e exigências do emitente contempla, por um lado, os pressupostos fundamentais do Empirismo Lógico, por outro lado, ela parece não dar conta de modo adequado da função que tais juízos de-

semprenham no discurso: parece óbvio que não empregamos juízos morais para descrever fatos. Ademais, pode-se opor à interpretação schlickeana o argumento da questão aberta de Moore.

Sensível a essas objeções e fiel aos compromissos assumidos com o Empirismo Lógico, A. J. Ayer desenvolve uma proposta, apontando para a direção em que se deveria buscar a solução do problema: esta poderia ser encontrada no âmbito do Emotivismo — concepção meta-ética que seria desenvolvida sistematicamente por C. L. Stevenson. Não vamos expor aqui as idéias de Ayer para não alongar o presente trabalho, preferindo nos concentrar na teoria de Stevenson⁴.

Stevenson segue Moore em suas críticas no naturalismo e considera o argumento da questão aberta muito pertinente ao caso (Cf. Ayer 1986, p. 253). As teorias naturalistas, que Stevenson denomina teorias do interesse⁵, colidem com os requisitos que devem ser atendidos por uma explicação adequada do significado de termos éticos. Toda explicação do predicado “bom” deve satisfazer às seguintes condições:

1. ser compatível com o fato de haver desacordos genuínos em questões morais;

2. contemplar o fato de que “bom” possui um “magnetismo”, isto é, se x é avaliado como bom, isso deve implicar que o proferidor dessa avaliação atue mais intensamente em favor de x do que o faria noutra circunstância;

3. implicar que um juízo da forma “ x é bom” não seja empiricamente verificável (Cf. *op. cit.* p. 271).

As teorias naturalistas ou do interesse não satisfazem a todos esses requisitos⁶.

Além de mostrar a inadequabilidade das teorias do interesse, Stevenson pretende desferir um golpe de morte contra elas, repudiando um pressuposto partilhado por todas essas teorias e segundo o qual os juízos morais são fundamentalmente informativos⁷. Como sabemos, esse pressuposto foi acolhido por Moore, o que o levou ao intuicionismo.

Stevenson abandonará o reducionismo descritivista, que atribui à linguagem uma única função: transmitir informação, enunciar fatos, descrever estados de coisa. Esse descritivismo teria sido o erro mais grave do cognitivismo ético, das teorias naturalistas, o equívoco basilar de alguns empiristas lógicos que, ao terem reconhecido que os enunciados morais não veiculam informação, lançaram-nos na classe dos pseudo-enunciados. É também o erro fundamental de Moore que, ao reconhecer que a bondade não é uma qualidade sensível, inferiu ser ela uma propriedade supra-sensível e não natural. A proposta de Stevenson rompe com o cognitivismo, com o descritivismo, superando ao mesmo tempo a polarização naturalismo versus não-naturalismo em que estava confinada a discussão meta-ética.

Se se abandona o cognitivismo, a pergunta que se impõe é: o que fazem os juízos morais, qual a sua função, uma vez que não são empregados primariamente para asserir fatos?

Para responder a essa questão Stevenson distingue entre o uso descritivo e o uso dinâmico das palavras. Uma mesma palavra pode ser usada para veicular informação como para influir no comportamento do destinatário. O uso descritivo ou dinâmico que se faz das expressões lingüísticas é algo que depende unicamente do **propósito** de **quem fala** (Cf. **op. cit.** p. 276). Para que a linguagem possa ter uso dinâmico é preciso que a noção de significado seja redimensionada. O significado de uma palavra passa a ser a sua tendência para desencadear determinadas disposições ou reações no ouvinte. Stevenson distingue entre o significado descritivo e o emotivo, distinção que corresponde à capacidade de as palavras produzirem no destinatário efeitos psicológicos de ordem teórica ou emotiva, respectivamente. O uso dinâmico da linguagem é possibilitado pelo significado emotivo das palavras empregadas (Cf. **op. cit.** p. 278). O significado emotivo é caracterizado como sendo a tendência de uma palavra, desenvolvida ao longo da história de seu uso, no sentido de provocar reações afetivas⁸.

Em conformidade com essas distinções, Stevenson propõe seja o significado de "x é bom" assim analisado: "aprovo x; aprove-o também" (Stevenson 1944, p. 21). Tal explicitação comporta, como se vê, um enunciado declarativo, que descreve as atitudes do falante: "aprovo x"; comporta também um enunciado imperativo: "aprove-o também", destinado a alterar ou intensificar as atitudes do ouvinte. O significado satisfaz às condições para uma explicitação adequada do significado de "bom" anteriormente expostas.

Tal modelo de análise permite a Stevenson determinar a função dos proferimentos morais na comunicação: eles são empregados com o intuito de suggestionar o interlocutor; exercem influência causal sobre o destinatário, levando-o a executar determinadas ações, assumir determinadas atitudes, desenvolver determinados sentimentos⁹.

Stevenson sustenta que as controvérsias em questões morais não podem ser vistas como disputas para dissipar racionalmente um conflito de opiniões, mas como situações em que prevalece nos participantes o interesse em suggestionarem-se reciprocamente. O espaço que cabe à argumentação racional nas controvérsias morais é reduzido; somente na medida em que tais divergências radicam em informações insuficientes acerca de fatos, em convicções divergentes em matéria factual (*disagreement in belief*), é que a razão pode desempenhar papel relevante. Mas essa não é — como assinala Stevenson — a situação típica das disputas em assuntos morais que têm, via de regra, sua raiz nas chamadas "divergências em atitude" (*disagreement in attitude*), as quais são em princípio racionalmente inde-

cidíveis¹⁰. Para Stevenson só há um caminho para solver disputas que radicam em atitudes divergentes: é o caminho da persuasão, o qual depende do impacto emocional que as palavras exercem sobre o destinatário em virtude do significado emotivo que elas carregam (Stevenson, 1944, p. 139).

Como assinala Urmson, Stevenson parece não ter distinguido com a necessária nitidez entre atitudes e emoções. Existem diferenças categoriais entre atitudes e emoções — negligenciadas por Stevenson — e que se manifestam no uso ordinário dessas palavras. Enquanto que atitudes podem ser objeto de uma escolha ou adoção deliberada, o mesmo não se pode dizer com respeito a emoções, as quais parecem situar-se para além do âmbito racional¹¹.

Não é nossa intenção submeter a teoria meta-ética de Stevenson a uma crítica pormenorizada. Queremos apenas apontar algumas limitações de uma metateoria moral decorrentes de sua adesão aos pressupostos neo-empiristas. Uma vez que, consoante tais pressupostos — os juízos morais não se deixam apreender nem como enunciados analíticos nem como sintéticos, eles seriam, enquanto enunciados, carentes de significado literal — para usar a expressão de Ayer — advindo daí sua impermeabilidade a um tratamento racional. Stevenson outorga-lhes uma função, qual seja a de atuar sobre a esfera das emoções e atitudes, esfera essa que, consoante os pressupostos lógico-empiristas, estaria fora do domínio da racionalidade.

Uma vez que no âmbito do Empirismo Lógico a proposta de Schlick não teve seguidores — dada a inadequação de seu modelo de reconstrução dos juízos morais, não obstante sua compatibilidade com os pressupostos neopositivistas, — o Emotivismo, por ter oferecido uma reconstrução considerada mais adequada e não menos compatível com os pressupostos lógico-empiristas, acabou se impondo, se não como paradigma de análise, pelo menos como baliza a quel deveriam estar referidas as futuras investigações meta-éticas levadas a efeito no horizonte do Empirismo Lógico.

Em que pese o fato de Stevenson haver detectado um traço importante do discurso moral, ou seja, o de este ser usado para atuar sobre as atitudes das pessoas, ainda assim não se pode conceder que a reconstrução emotivista tenha provado o que pretendia provar, isto é, que as atitudes sejam imunes a um tratamento racional. Os críticos de Stevenson têm salientado ser falsa a alegação de que as atitudes sejam basicamente de índole emocional. Toda atitude supõe conhecimento e todo conhecimento — inclusive o de ordem teórica pode evocar atitudes¹².

Stevenson parece haver negligenciado a distinção entre razões e causas. Se é verdade que o impacto emocional produzido por um discurso pode gerar uma determinada atitude no ouvinte, daí não se segue que as atitudes, por terem sido causadas ou originadas a partir de fatores extra-ra-

cionais careçam de elementos racionais e se coloquem para além de toda crítica racional.

Ademais, contra a reconstrução emotivista se pode argumentar que o consenso entre disputantes em questões morais não parece ser o efeito do potencial emotivo inerente às expressões usadas. Como salienta Hegselmann, parece que a força emotiva impregnada em um termo só tem condições de ser operante, na medida em que houver um consenso latente entre os disputantes em torno de determinados valores ou princípios, o qual seria atualizado sob o efeito de termos dotados de carga emotiva. Se essa interpretação for adequada, então a reconstrução emotivista resulta falsa, à medida que toma por "explanans" o que, a rigor, deveria ser o "explanandum" e vice versa (Hegselmann, *op. cit.* pp. 87 ss).

O Emotivismo tem razão ao reconhecer que os predicados éticos não são descritivos. Termos éticos não são descritores de qualidades sensíveis ou supra-sensíveis — como pressuposto na controvérsia naturalismo versus não-naturalismo. Stevenson teve o mérito de chamar a atenção para os limites de uma concepção referencial de significado subjacente à referida querela entre naturalismo e não-naturalismo — e para a necessidade de se re-examinar a noção de significado. Contudo, também Stevenson opera com uma noção inadequada: sua concepção causal ou psicológica do significado redundando em uma falsa afirmação de identidade: a saber entre significado e força perlocucionária¹³.

O significado de expressões lingüísticas é algo que tem a ver com as regras ou convenções que regem o seu uso apropriado e não com o que os falantes pretendem conseguir ao proferi-las¹⁴.

NOTAS

(1) Moore distingue três tipos de definição: 1) estipulativas: as que fixam o significado de uma palavra. 2) reais: encontráveis nos dicionários e indicadoras de como uma palavra é usada pelos usuários de uma língua. 3) analíticas: indicam como um dado objeto conhecido é composto. Moore não nega que seja possível uma definição estipulativa ou real de "bom". A indefinibilidade desse conceito tem a ver com o terceiro tipo de definição (Cf. Moore, *Principia Ethica*, p. 8). É impossível defini-se "bom" se, por definição, se entendem aquelas proposições que "descrevem a natureza real do objeto ou noção denotada por uma palavra e (...) não se limitam a dizer para que se usa a palavra" (*op. cit.* p. 7). E acrescenta: "Por conseguinte, o conceito de "bom", se por isto entendermos aquela qualidade que afirmamos pertencer a uma coisa ao dizermos que esta é boa, é incapaz de qualquer definição, no sentido mais importante desta palavra. O sentido mais importante de 'definição' é aquele no qual uma definição específica quais são as partes que invariavelmente compõem um certo todo; ora, neste sentido 'bom' não tem definição alguma, pelo fato de ser uma noção simples e não constar de partes. 'Bom' é um desses inúmeros produtos do pensamento que são em si mesmos incapazes de definição, visto constituírem os termos últimos, com referência aos quais deve ser definido tudo aquilo que é suscetível de definição. Que deva haver um número indefinido de tais termos, é óbvio, se bem refletirmos. Com efeito, não podemos definir o que que seja a não ser por uma análise, a qual, se

for levada até o ponto em que for possível, nos remete para algo que é simplesmente diferente de qualquer outra coisa, algo que, em razão desta diferença última explica a peculiaridade do todo que estamos definindo; pois cada todo encerra algumas partes que são comuns também a outros todos. Por conseguinte não há dificuldade alguma na asserção de que 'bom' denota uma qualidade simples e indefinível. Existem muitos outros exemplos de tais qualidades" (Op. cit., pp. 9-10. Cf. também a tradução brasileira de Luiz João Baraúna em Moore, São Paulo, Col. Os Pensadores, Abril Cultural, 1980, à pag. 10). Grifo no original.

(2) A questão da falácia naturalística domina boa parte da obra de Moore. Muito se tem discutido sobre o teor dessa falácia no contexto da obra mooreana e se se trata ou não de uma falácia formal. Para Frankena e M. Warnok ela consiste propriamente em se tentar definir o indefinível. Cf. W. K. Frankena "The naturalistic Fallacy", publicado pela primeira vez em *Mind* 48 (1939), pp. 464-477 e reimpresso em diversas coletâneas. Ver também M. Warnok: *Ethics since 1900*, Londres, Oxford University Press, 1960, p. 13.

Costuma-se associar a falácia naturalística à dicotomia identificada por Hume — entre os planos do ser e do dever ser. O cerne da falácia consistiria então na passagem problemática de premissas que contêm apenas enunciados descritivos para uma conclusão que encerra um enunciado prescritivo. O ponto crucial presente nas denúncias de falácia naturalística é, sem dúvida, a suposição de que os predicados éticos se distinguem fundamentalmente dos predicados não-éticos. Se se abandona tal pressuposto, a transição de uma premissa descritiva para uma conclusão normativa deixa de ser formalmente incorreta.

Moore parece não apresentar um argumento convincente que prove a indefinibilidade de "bom". A falácia naturalística não a prova, mas a pressupõe. Há suspeita de que Moore tenha incorrido em uma *petitio principii*, na medida em que se socorre da falácia naturalística para respaldar a tese da indefinibilidade de "bom". (Ver: Hans Biesenbach *Zur Logik der moralischen Argumentation*, Düsseldorf, Patmos, 1982, p. 40).

(3) Como ressalta Hudson, o intuicionismo comporta uma vertente deontológica e uma teleológica. O autor dos *Principia* não foi um intuicionista deontológico, isto é, alguém que defendesse a tese de que os juízos sobre a retidão ou o dever fossem insuscetíveis de prova ou que os resultados a que as diversas alternativas de ação conduzam fossem irrelevantes para se aferir a qualidade moral de uma ação ou sua preferibilidade frente a outras alternativas. Moore rechaçava a tese da retidão ou obrigatoriedade intrínseca de determinados tipos de ação, mas sustentava, ao contrário, que as ações eram compulsórias ou não, segundo a quantidade de bem que produzem ou deixam de produzir. Em obra posterior (*Ethics*) Moore se aproximaria do intuicionismo deontológico. Há um ponto que separa Moore de outros intuicionistas e que consiste no fato de ele haver denegado à intuição poderes infalíveis para apreender a verdade (Cf. *Principia Ethica*, p. X). Há contudo nos *Principia* afirmações que não são consistentes com a falibilidade da intuição: "Provavelmente ninguém que se tenha feito a pergunta jamais duvidou de que a apreciação do que é belo na Arte e na Natureza constituem bens em si mesmos". (Op. cit., p. 188). Afirma que isto constitui "a verdade última e fundamental da Filosofia Moral" (Op. cit. p. 189. Cf. também W. D. Hudson *La filosofia moral contemporânea*, trad. espanhola de José Hierro S. Pescador, Madrid, Alianza, 1989, pp. 87-88).

(4) Cf. A. J. Ayer. *Language, Truth and Logic*, Londres, Victor Gollancz, 1936. Ver o cap. VI.

(5) O termo interesse, como confirma Stevenson, foi tomado de empréstimo a R. B. Perry. Entre os representantes típicos dessa teoria Stevenson inclui os nomes de Hobbes e Hume. Para Hobbes "bom" significa "o que é desejado pelo proponente de um juízo moral" e para Hume "bom" significa: "aquilo que a maioria das pessoas deseja". Cf. Ayer (org.) 1986, p. 271.

(6) As teorias do interesse transgridem as condições de adequabilidade para uma explicação de "bom": se Hobbes tem razão e se "x é bom" significa que o proferidor desse enunciado aprova x, então não pode haver dissenso em questões morais, pois os juízos "x é bom" e "x não é bom", se emitidos por dois sujeitos diferentes, não se contradizem. A definição de Hume transgride a segunda condição, uma vez que, segundo Hume, reconhecer que x é bom é sempre reconhecer alguma inclinação para favorecer x (Cf. *op. cit.* p. 271). Toda caracterização empírica de "bom" colide contra a terceira condição, pois, nesse caso, todo juízo em que se predica a bondade de alguma coisa seria caracterizável por métodos científicos. A terceira condição exclui todas as teorias tradicionais do interesse. Segundo a definição de Hobbes, uma pessoa poderia validar seus juízos morais mostrando que não cometeu nenhum erro de introspecção acerca de seus desejos. Segundo a definição de Hume, os juízos morais poderiam ver validados mediante votação (Cf. *op. cit.* pp. 271-272).

(7) (...) "**devemos abandonar** um pressuposto do qual partíram todas as teorias tradicionais do interesse. As teorias tradicionais do interesse sustentam que os enunciados éticos são **descritivos** do estado real dos interesses. (Mais exatamente, se diz que os juízos éticos descrevem qual é, foi ou será o estado dos interesses, ou indicam como seria esse estado sob determinadas circunstâncias). É esta insistência na descrição, na informação, que torna incompleta a sua relevância. Sempre há, indubitavelmente, **algum elemento descritivo** nos juízos éticos, mas isso não é tudo, de nenhum modo. Seu uso mais importante não é indicar fatos, mas criar uma influência. Em vez de meramente descrever os interesses das pessoas, eles os **modificam ou intensificam. Recomendam** o interesse por um objeto, mais do que enunciam que esse interesse há existe" (*Op. cit.* p. 273; grifos no original).

(8) Stevenson declara empregar a expressão "significado emotivo" em sentido praticamente similar ao empregado por Ogden e Richards em sua obra *The Meaning of meaning*. Acrescenta que o significado emotivo é a "aura imediata de sentimento que acompanha uma palavra" (Cf. *op. cit.* p. 278). Nas obras posteriores não se fala mais em "aura de sentimento" priorizando-se a seguinte caracterização: o significado emotivo de uma palavra ou frase é "uma tendência intensa e persistente, gerada no decorrer da história do idioma, a dar expressão direta (quase como uma interjeição) a certos sentimentos, emoções ou atitudes do falante; e é também uma tendência a evocar (de um modo quase imperativo) os respectivos sentimentos, emoções ou atitudes naqueles a quem se dirigem as observações do falante" (Stevenson, 1963, p. 21, nota 8).

(9) (...) "**termos éticos são instrumentos** usados na complicada interação e reajustamento de interesses humanos". Dado que são "adequados para **sugestionar** representam um recurso por meio do qual as atitudes das pessoas podem ser orientadas nessa ou naquela direção". (Stevenson, El significado emotivo de los terminos éticos. In Ayer (org.) *op. cit.* p. 275; grifos no original).

(10) Stevenson, *op. cit.* pp. 281-285. Ver também "The nature of ethical disagreement", publicado em *Facts and Values*, *op. cit.* pp. 3 ss. Ver ainda "Persuasive Definitions" in *Mind* XLVII (1938), pp. 331-350.

(11) Cf. J. O. Urmson *The emotive theory of ethics*, Londres, 1968, pp. 40-48; apud Hudson, *op. cit.* pp. 126-127.

(12) Cf. R. Hegselmann *Rationalität und Normativität*, pp. 87 ss. Cf. também G. E. Kerner *The revolution in ethical theory*, p. 43 ss.

(13) Cf. Hudson, *op. cit.* p. 155, 159 ss.

(14) Cf. Hudson, *op. cit.* p. 160.

A teoria dos atos de fala, iniciada por J. L. Austin em *How to do things with words* pode ser elucidativa para se avaliar em que medida aquilo que fazemos com as palavras tem a ver com regras, convenções e, por conseguinte, com o significado. Para uma crítica à concepção de significado subjacente ao Emotivismo, é fundamental a distinção empreendida por Austin entre os atos ilocucionários e perlocucionários. Estes últimos são realizados quando o proferido produz determinadas conseqüências ou

determinados efeitos sobre o destinatário. Os primeiros dependem das circunstâncias do proferimento; são regidos por regras ou convenções, enquanto que os atos perlocucionários independem de regras e, nessa medida, nada têm a ver com o significado do que foi dito. O Emotivismo tende a reconstruir o significado do discurso moral recorrendo a verbos que dizem respeito ao aspecto perlocucionário de um ato lingüístico, como: evocar, influenciar, persuadir, levar o interlocutor a, etc. Pressupõe uma teoria do significado que consideramos difícil de ser defendida, uma vez que assumimos que o significado de expressões lingüísticas é determinado por regras e não pelos efeitos que a realização de um ato de fala produz no destinatário.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**, Oxford, Oxford University Press, 1962.
- AYER, A. J. **Language, Truth and Logic**, Londres, Victor Golancz, 1936.
- AYER, A. J. (org.) **El Positivismo Lógico**, México, Fondo de Cultura Económica, 1986, 3ª reimp.
- BIESENBACH, H. **Zur Logik der moralischen Argumentation**, Düsseldorf, Patmos, 1982.
- FRANKENA, W. K. The naturalistic fallacy. In **Mind** XLVIII (1936) pp. 464-477.
- HEGSELMANN, R. **Normativität und Rationalität**, Frankfurt am Main e Nova Iorque, Campus, 1979.
- HUDSON, W. D. **La filosofia moral contemporánea**. Trad. espanhola de José Hierro S. Pescador, Madrid, Alianza, 1989.
- KERNER, G. C. **The Revolution in Ethical Theory**. Oxford, Clarendon Press, 1966.
- MOORE, G. E. **Principia Ethica**, Buffalo, N. Iorque, Prometheus Books, 1988.
- MOORE, G. E. **Princípios Éticos**. Trad. de Luiz João Baraúna In Moore, Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- SCHLICK, M. **Fragen der Ethik**, Viena, Springer, 1930.
- STEVENSON, C. L. **Ethics and Language**, New Haven, Yale Univ. Press, 1944.
- STEVENSON, C. L. **Facts and Values**, New Haven, Yale Univ. Press, 1963.
- STEVENSON, C. L. Persuasive Definitions. In **Mind** XLVII (1938) pp. 331-350.